

# AS INVISIBILIDADES DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA DAS MULHERES NAS CIDADES EM PORTUGAL

Virgínia Baptista<sup>1</sup>, Paulo Marques Alves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Escola Secundária de Camões (Portugal), virbaptista@gmail.com*

<sup>2</sup>*Professor Auxiliar do Iscte-IUL- e investigador integrado do Dinâmia' Cet-iscte- (Portugal), paulo.alves@iscte-iul.pt*

## Resumo

Pretendemos demonstrar a desigualdade nas cidades na história, na memória e no património coletivo, tendo em conta o género. A cidade tem-se manifestado um espaço dos homens, que a têm concebido e percorrido, em função das suas próprias visões, perspetivas e necessidades. A história e a memória das cidades são muito desiguais se tivermos em consideração o género, as denominadas minorias "raciais" e as pessoas portadoras de necessidades especiais. Centremo-nos no género. Se recuarmos à Grécia Antiga, verificamos que as pólis gregas eram lugares públicos exclusivamente masculinos, ficando as mulheres segregadas nos espaços interiores dos gineceus. A cidadania nas cidades era incompleta por excluir as mulheres. Até ao século XIX a cidade foi apropriada maioritariamente pelos homens que se deslocavam em trabalho, questões de política, cultura ou lazer. Durante muito tempo os trabalhos noturnos estiveram vedados às mulheres. Se observarmos a toponímia são escassos os nomes de mulheres que se destacaram em diversas áreas culturais e políticas e ainda é mais notório na estatuária, em que as mulheres estão quase ausentes na memória dos habitantes da cidade. Quantas praças têm o nome de mulheres que se destacaram na história? Às ruas noturnas tinham acesso as mulheres toleradas, as denominadas prostitutas. Mesmo no início do século XX, em que começava a despontar um associativismo feminino, as mulheres tiveram de procurar subterfúgios para as suas reuniões noturnas. Concluimos que urge mudar a arquitetura das cidades para que a história, a memória e o património sejam apropriados de forma igual por todas as pessoas.

Palavras-chave: cidades, género, invisibilidade, visão, masculino

## Abstract

We intend to demonstrate the inequality in the cities in History, memory and collective heritage, taking into account gender. The city has manifested itself as a space for men, who have conceived and lived it according to their own visions, perspectives and needs. The history and memory of cities are very unequal if we consider gender, so-called "racial" minorities and people with special needs. Let us focus on gender. If we go back to Ancient Greece, we see that the Greek polis were exclusively male public places, with women segregated in the inner spaces of the gynaecheums. Citizenship in the cities was incomplete because it excluded women. Until the 19th century, the city was mainly appropriated by men who travelled for work, political, cultural or leisure purposes. For a long time, women were not allowed to work at night. If we look at the toponymy, the names of women who have stood out in various cultural and political areas are scarce and it is even more noticeable in statuary, where women are almost absent in the memory of the city's inhabitants. How many squares are named after women who stood out in history? The night streets were accessed by tolerated women, the so-called prostitutes. Even at the beginning of the 20th century, when a feminine associativism started to emerge, women had to find subterfuges for their night meetings. We conclude that it is urgent to change the architecture of cities, so that history, memory, and heritage are appropriated equally by all people.

Key-words: cities, gender, invisibility, vision, male

## 1. INTRODUÇÃO

Com a escolaridade obrigatória até ao 12º ano, a Lei de Bases do Sistema Educativo prevê que a Educação seja cada vez mais inclusiva, plural, multicultural e intercultural. A Educação para a Cidadania, em articulação com todas as disciplinas, é fulcral para a visão e concretização da igualdade entre todas as pessoas e, no caso concreto, nas cidades, o tema central deste Congresso de Ciências de Educação.

Pela nossa observação e experiência como professora do ensino secundário constatamos as seguintes situações para reflexão:

- As cidades são um espaço público pensado para homens e mulheres?
- O que pensam as mulheres das cidades que percorrem diariamente?
- O que a Educação pode fazer para que a cidade se torne plural e multicultural?

Nesta apresentação pretendemos abordar os seguintes pontos:

- Identificar os antecedentes históricos sobre a ocupação do espaço das cidades por homens e mulheres.
- Demonstrar situações que faltam às cidades para permitirem a inclusão cívica e política de todas as pessoas.
- Referir observações e propostas para uma recuperação da memória, da história e do património das mulheres nas cidades, através das aulas de História articulada com a Educação para a Cidadania.

Partimos da constatação, como docente de História, pela análise dos Programas e manuais escolares de que a História, a Memória e o estudo do Património ainda conduzem esmagadoramente a uma visão masculina.

Durante séculos a cidade remeteu para os conceitos de cidadania, política e educação centradas no masculino. A cidade era ocupada maioritariamente pelos homens que trabalhavam e se dedicavam à polis, à política, e a educação foi, durante séculos, pensada maioritariamente para os rapazes. É esta memória e visão que consideramos que tem de ser refletida, explicada e reparada pelos estudantes no sentido da aprendizagem da cidadania plena.

Estas preocupações têm sido colocadas por historiadores/as, sociólogos/as e arquitetos/as, como a Associação “Mulheres na arquitetura” e o projecto W@ARCH.PT, desenvolvido no CIEG (ISCSP/ULisboa) e por diversas associações de mulheres. Foi neste sentido que impulsionámos um projeto na escola secundária onde trabalhamos em que os alunos e as alunas se reúnem voluntariamente, quase semanalmente, propõem projetos no âmbito da cidadania e têm já uma biblioteca só de livros escritos sobre mulheres cedidos por diversas instituições.

## **2. OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS SOBRE A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DAS CIDADES POR HOMENS E MULHERES**

Mary Beard, professora de Literatura, recorda-nos que a exclusão da participação das mulheres da pólis, da cidade, foi legada pela Antiguidade Clássica<sup>1</sup>.

Se recuarmos à Grécia Antiga, verificamos que as pólis gregas eram lugares públicos exclusivamente masculinos, sendo que os cidadãos, só homens atenienses, governavam a partir da Eclésia, tornando a democracia incompleta. As mulheres ficavam confinadas ao espaço doméstico do gineceu. Já Homero, na Odisseia, escrita no séc. VIII a. C., coloca Penélope a tecer, fiando e desfiando o seu sudário, enquanto recusa os pretendentes e espera por Ulisses. Também as mulheres não podiam participar nos Jogos Olímpicos e as que violassem a regra seriam atiradas do alto do Monte Tipéon.

No Imperio romano (século II a.C - século V) as mulheres não exerceram também cargos políticos, mas por vezes influenciaram a política e tiveram acesso a cargos religiosos.

As cidades da Idade Média circulares, escuras, rodeadas por muralhas, eram atravessadas por mercadores, peregrinos e cruzados<sup>2</sup>, não tendo as mulheres poder administrativo nas comunas ou concelhos. Contudo, a primeira representação de uma cidade construída por mulheres é de Christine de Pizan (1363-1430) que escreveu a Cidade das Damas<sup>3</sup> e foi efetivamente pioneira, original e utópica. No livro, uma grande variedade de mulheres famosas ao longo da história são "alojadas" na Cidade das Damas.

Segundo a historiadora Maria Antónia Lopes, em Portugal, nas décadas de 1750 a 1770, foram as mulheres da nobreza e da burguesia que conquistaram o direito à sociabilidade, dominaram os salões, onde acorriam literatos, artistas e filósofos da época, mas que também tinham uma vertente

---

<sup>1</sup> Mary Beard, *Mulheres & Poder* (2018), Lisboa, Bertrand Editora, 18-21

<sup>2</sup> Henri Pirenne, (1977), *As cidades da Idade Média*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

<sup>3</sup> Pedro Carlos Louzada Fonseca (2020), *La Cité des Dames e o triunfo das mulheres de Christine de Pizan: aspectos de uma cidade feminina fundada na demolição do legado da misoginia medieval*. *Artemis*, 30 (1), 11-24.

lúdica. As senhoras lisboetas da segunda metade do século XVIII alargaram também o seu espaço. Tradicionalmente, saíam apenas para acorrer às cerimónias religiosas e visitar as amigas. De forma gradual, e gerando polémica, começaram a dirigir-se aos espetáculos, às corridas de touros e já no século XIX passaram a frequentar o teatro, a ópera, as mascaradas, os bailes públicos. Aventuraram-se também a passear ao ar livre e a ir às praias, com os banhos de mar a surgirem em finais do século<sup>4</sup>. No entanto, o espaço político foi-lhes vedado até ao Estado Novo.

Mas nas classes populares as mulheres trabalhadoras (artesãs, operárias, vendedoras ambulantes, criadas, peixeiras, aguadeiras) sempre estiveram presentes no espaço da cidade.

### **3. OBSERVAÇÕES E PROPOSTAS PARA UMA RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA, DA HISTÓRIA E DO PATRIMÓNIO DAS MULHERES NAS CIDADES**

Há registos de memórias que não surgem nos programas e manuais, mas que podem ser integrados para os alunos e as alunas terem uma perspetiva mais plural da ocupação das cidades, em Portugal.

Estudando-se a génese do Partido Republicano, em 1876, ainda na Monarquia, ignora-se a presença da professora, escritora e feminista Maria Clara Correia Alves (1869, Montemor-o-Novo-1948, Lisboa) discursando num comício republicano, na Avenida D. Amélia (atual Almirante Reis), em 1908. Constatámos que a memória de Maria Clara Correia Alves se perdeu na memória da cidade, não existindo uma placa da efeméride ou na toponímia, uma vez que não encontramos nenhuma rua com o seu nome.

A industrialização e o movimento operário são estudados, as operárias e as crianças são referidas como vítimas da competição industrial e capitalista, mas pouco se fica a saber sobre a sua voz pública. Contudo, já na República as operárias da indústria têxtil, em 1911, reuniram-se, em frente ao Palácio de Belém, onde foram entregar à Assembleia Constituinte um pedido de horário de 8 horas e outras regalias.

Estuda-se as eleições para a Assembleia Constituinte em 1911, mas a primeira mulher que votou entre nós, a médica e feminista, Carolina Beatriz Ângelo, no dia 28 de maio de 1911, na freguesia de São Jorge de Arroios, nem sempre é divulgada nos manuais, com pormenorização<sup>5</sup>.

Depois de 1926, estuda-se a ditadura militar e o Estado Novo, mas não há referência às resistências das mulheres. Em 1942 e 1943, já em Ditadura do Estado Novo, as operárias de Alcântara fizeram greve e houve movimentações na rua e foram perseguidas pelas forças policiais. Contudo a falta de um marco no local ainda leva muitas pessoas a pensar que a foto deste acontecimento que existe nos manuais escolares é no Barreiro. Felizmente, está devidamente referenciada no Museu do Aljube<sup>6</sup>.

Verificamos, que ao contrário de outros países, por exemplo, ainda não existem conjuntos escultóricos, no espaço público, das primeiras feministas e/ou sufragistas, ou da primeira mulher a votar em Portugal. Um exemplo, que contemplámos, em Ottawa, no Canadá. Em frente ao Parlamento existem esculturas que representavam as primeiras sufragistas que se reuniam enquanto tomavam chá.

Também constatámos que em Lisboa, em 113 Praças só existem 3 com nomes femininos: Viscondessa dos Olivais, Rainha Dona Filipa e Rainha Santa (Lumiar) e no Porto, de 54 Praças, só 2 fazem referência a mulheres: Rainha D. Amélia (Bonfim), D. Filipa de Lencastre (Vitória).

A engenheira Maria de Lourdes Pintassilgo foi a única mulher a desempenhar o cargo de primeira-ministra, chefiando o V Governo Constitucional, entre julho de 1979 e janeiro de 1980, não sendo referenciada nos manuais ou existindo qualquer Praça com o seu nome.

---

<sup>4</sup> Maria Antónia Lopes (2016), Sociabilidades de Salão no Porto Setecentista na Obra do Abade de Jazente. Touros, Tragédias, Bailes e Comédias-Espectáculos e divertimentos em Portugal no século XVIII, Centro de Estudos de Teatro da FLUL, 102- 112.

<sup>5</sup> Maria Regina Tavares da Silva (2013). Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911), Lisboa, CIG.

<sup>6</sup> Maria Augusta Seixas. As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República, UMAR/Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.

#### **4. SITUAÇÕES QUE FALTAM ATUALMENTE ÀS CIDADES QUE PERMITAM A INCLUSÃO CÍVICA E POLÍTICA DAS MULHERES**

As cidades até ao século XIX eram locais pouco iluminados e inseguros para as mulheres. Daí as dificuldades ou o não acesso das mulheres a trabalhos noturnos ou a reuniões das suas associações. Não foi por acaso que muitas sedes de organizações de mulheres, na I República, se situavam próximo das paragens de transportes públicos, como dos elétricos, em Lisboa.

A arquiteta e professora universitária Patrícia Santos Pedrosa refere: “Os espaços públicos e privados são concebidos como se fossem neutros em termos de género, mas a verdade trata-se de um falso neutro porque temos uma sociedade em que as cidades são pensadas consecutivamente sob o ponto de vista do homem e sem diversidade funcional”<sup>7</sup>.

Patrícia Santos Pedrosa também menciona para as raparigas e mulheres: “o pensar duas vezes antes de sair de casa de minissaia porque nos vão despir com o olhar, vão mandar bocas na escola ou no trabalho porque vais passar por uma obra e ouvir brejeirices. Atravessar uma rua para não se cruzarem com um punhado de homens que vai de certeza dizer qualquer coisa e perceber, sem ver, que os olhos ficaram colados no teu corpo e ouvir o que se não diz a uma desconhecida. Vocês sabem lá o que é ter medo de andar à noite sozinha (...)”<sup>8</sup>.

Do seu ponto de vista, as cidades apesar de serem multiculturais, são pensadas planeadas, projetadas segundo a visão do homem branco, de classe média, que usa regularmente o seu carro do trabalho para casa.

São, contudo, as mulheres que mais ocupam o espaço público da cidade, andam mais a pé utilizam mais os transportes públicos e têm outros percursos para realizar: ida às compras, levar e trazer filhos da escola, ida a consultas e a outras atividades que os mesmos realizam. Mas ainda hoje a participação política feminina está sub-representada na cidade<sup>9</sup>.

Enviámos, por email, um pequeno questionário a 20 mulheres entre os 18 anos e os 65 anos de idade sobre as mulheres e as cidades. Delas, 12 mulheres referiram que só utilizam diariamente transportes públicos e sentem-se pouco confortável no metro, quando há grandes enchentes; 14 referiram que nas zonas onde residem os autocarros terminam depois das 21.30h, o que as leva a fazer caminhadas até casa, e por vezes sentem-se inseguras, o que chega a ser um motivo para não sair de casa sozinhas à noite. Uma refere que apanha o comboio em Lisboa até uma certa paragem e depois sai numa estação, onde apanha um táxi até casa. Quase metade das que se deslocam à noite falam que tiram a chave com antecedência, para abrir a porta do prédio o mais rápido possível.

Duas mães jovens referem a falta de jardins infantis e de zonas verdes nas zonas onde residem, assim como a falta de comércio local, que as obriga a fazer compras nas grandes superfícies.

Também foi mencionado que os locais para um quotidiano harmonioso nem sempre estão próximos de casa, o que dificulta a deslocação ao supermercado, ao ginásio ou a locais desportivos.

Em menor escala, os problemas sobre a deficiência e dificuldades de mobilidade para as pessoas mais vulneráveis também foram referidos, uma vez que a pavimentação na rua nem sempre permite segurança para uma cadeira de rodas ou para instrumentos que ajudem à deslocação.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde tempos remotos que as cidades têm sido pensadas e construídas de um ponto de vista essencialmente masculino, onde as dominam política e socialmente. Para uma plena igualdade e para a concretização da cidadania é necessário que todas as pessoas se revejam nas cidades que percorrem diariamente.

Para uma educação inclusiva, urge uma mudança de visões. É necessário recuperar a história e a memória das mulheres que participaram nas cidades. Também os marcos históricos, placas, toponímia, escultura e a arquitetura têm uma função fundamental para a apropriação da cidade pelos seus cidadãos e cidadãs.

---

<sup>7</sup> Patrícia Santos Pedrosa, Executiva, Entrevista, 25 de Março 2019.

<sup>8</sup> Idem, podcast de 8 de Novembro de 2018.

<sup>9</sup> Maria Helena Santos, A participação das mulheres na política - um olhar especial no poder Local. CIG, <https://www.cig.gov.pt/2017/09/a-participacao-das-mulheres-na-politica-um-olhar-especial-no-poder-local/>

Pouco tem sido realçado, mas durante a pandemia do corona vírus foram as mulheres em idade ativa as que primeiro adoeceram. Isto porque se tratava de mulheres que estiveram na “linha de frente”, em equipas médicas, de enfermagem, auxiliares, funcionárias administrativas, empregadas nos supermercados e mercados, farmacêuticas e trabalhadoras nas limpezas.

Uma cidade pensada a partir do ponto de vista das mulheres será sempre mais justa e benéfica para todos e todas que nela vivem e trabalham. Só assim se constrói a educação na cidade e pela cidade. Pelo que estas reflexões devem caber às Escolas, concretamente articulando a Educação para a Cidadania com a disciplina de História.

## REFERÊNCIAS

- Fávero, Natália Fernandes (2020), A Condição das Mulheres no Espaço Público: Territórios de conforto e desconforto na urbanidade contemporânea, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | FAUP.
- Fonseca, Pedro Carlos Louzada (2020), La Cité des Dames e o triunfo das mulheres de Christine de Pizan: aspectos de uma cidade feminina fundada na demolição do legado da misoginia medieval. *Ártemis*, 30 (1), 11-24.
- Lopes, Maria Antónia (2016). Sociabilidades de Salão no Porto Setecentista na Obra do Abade de Jazente. *Touros, Tragédias, Bailes e Comédias - Espectáculos e divertimentos em Portugal no século XVIII*. Centro de Estudos de Teatro da FLUL, 102- 112.
- Mary Beard. (2018). *Mulheres & Poder* Bertrand Editora, 18-21.
- Pedrosa, Patrícia (25 de Março 2019). Entrevista. Executiva.
- Pedrosa, Patrícia et al. (eds.) (2018). *Arquitectas: modo(s) de (r)existir: reflexões a partir de um ciclo de conversas. Mulheres na Arquitectura*.
- Santos, Maria Helena (2017). A participação das mulheres na política- um olhar especial no poder Local. CIG, <https://www.cig.gov.pt/2017/09/a-participacao-das-mulheres-na-politica-um-olhar-especial-no-poder-local/>.
- Seixas, Maria Augusta. *As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República*, UMAR/Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.
- Silva, Anderson de Andrade et al. (2020), Mobilidade urbana e gênero: pistas sobre a cidade heterogênea. *Ártemis*, vol. 30, n. 1, pp. 116-135.
- Silva, Maria Regina Tavares da (2013). *Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911)*.CIG.